



O LUGAR DE FALA DAS ACADÊMICAS MULHERES NÃO FREQUENTES DE UM CURSO DE LICENCIATURA: ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO FEMINISTA

El Lugar de Discurso de las Estudiantes que no están en una Carrera: Análisis a la luz del Pensamiento Feminista

Márcia Adriana Rosmann¹

Rafael Arenhaldt²

Maria Elly Herz Genro³

Jaime José Zitkoski⁴

Resumo: Este artigo reflete sobre as principais causas de desistências, cancelamento ou trancamento (mesmo que por pouco tempo) que impactam as acadêmicas mulheres de um curso de Licenciatura do IFFar. O referido curso teve sua integralização no ano de 2019 (a primeira turma teve a formatura cancelada, em abril de 2020, e ocorreu meses depois de maneira remota, por causa da Pandemia do Covid-19), e em cada uma das quatro turmas houve uma evasão bastante grande, permanecendo pouco mais de 50% do total de estudantes matriculados. As reflexões aqui apresentadas foram desenvolvidas por meio de um estudo de caso, realizado no contexto da gestão institucional do Programa de Permanência e Êxito, por meio de pesquisa documental cuja reflexão foi suscitada pelos referenciais bibliográficos no que tange o pensamento feminista descolonial e interseccional. Ao analisarmos qualitativamente os dados foi possível conhecer um pouco da história a partir da escuta das vozes das acadêmicas mulheres não frequentes e assim compreender as especificidades das suas causas. Logo, é preciso lançar um olhar atento e de cuidado às suas causas, para que possam permanecer no curso e finalizá-lo com êxito.

Palavras-chave: Feminismo. Academia. Formação humano-profissional.

Resumen: Este artículo reflexiona sobre las principales causas de abandono, cancelación o suspensión (aunque sea por poco tiempo) que llevan a las académicas a la carrera de Grado del

¹ Doutoranda em Educação/UFRGS. Mestra em Educação/UPF. Licenciada em Pedagogia/UNICRUZ. Professora do Instituto Federal Farroupilha (IFFar – Campus Santo Augusto/RS). E-mail: marcia.rosmann@iffarroupilha.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0992-4704>.

² Doutor em Educação/UFRGS. Mestre em Educação. Graduado em Pedagogia. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rafael.arenhaldt@ufrgs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0424-1990>.

³ Doutora em Educação/UFRGS. Mestra em Educação/PUC-RS. Graduada em Licenciatura Plena Filosofia/UFSM. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: mariaellyh8@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3330-2158>.

⁴ Doutor em Educação/UFRGS. Mestre em Educação/PUC-RS. Graduado em Filosofia. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jaime.jose@ufrgs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1266-2039>.

IFFar. El curso antes mencionado se completó en 2019 (la primera promoción tuvo cancelada su graduación en abril de 2020, y se realizó meses después de forma remota, debido a la Pandemia del Covid-19), y en cada una de las cuatro clases hubo una evasión bastante grande, quedando poco más del 50% del total de alumnos matriculados. Las reflexiones aquí presentadas se desarrollaron a través de un estudio de caso, realizado en el contexto de la gestión institucional del Programa de Permanencia y Éxito con investigación documental, cuya reflexión fue suscitada por referencias bibliográficas en torno al pensamiento feminista descolonial e interseccional. Al analizar cualitativamente los datos, fue posible conocer un poco de la historia, a partir del informe de las académicas poco frecuentes y comprender las especificidades de sus causas. Por lo tanto, es necesario mirar de cerca y con cuidado sus causas, para que puedan mantenerse en curso y terminar con éxito.

Palabras clave: Feminismo. Academia. Formación humano-profesional.

1 Introdução

Quando penso em mim mesma como uma teórica da resistência, não é porque penso na resistência como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade. (Lugones, 2014, p. 939).

Estudar o pensamento feminista descolonial e interseccional é um ato de grandeza diante de tanta barbárie que ainda sofrem as mulheres no Brasil e no mundo. Butler (1999) problematiza o conceito mulheres na perspectiva das identidades e intersecções como etnia, orientação sexual e outros. Para ela, a questão da representação torna-se falha diante da pressa feminista pela obtenção de uma identidade fixa. Neste texto, portanto, utilizaremos o termo no plural, justamente por considerar todas as identidades.

Na perspectiva do bem viver, o pensamento feminista tem respaldado os movimentos em torno da seguridade dos direitos delas: “uma das principais tarefas do feminismo seria trazer à tona os conflitos que estiverem presentes na construção da identidade da mulher representada no movimento feminino” (Ribeiro, 2015, p. 28-29). A luta é de todas e de todos. Ainda nesta direção, a mesma autora, ao problematizar “o que é lugar de fala?”, afirma que a partir da teoria e do ponto de vista feministas é possível conceituar lugar de fala (Ribeiro, 2017, p. 34). O conceito de “lugar de fala” é fundamental em discussões sobre identidade, opressão, representação e condições de igualdade. A ideia central é que diferentes indivíduos têm vivências experienciais variadas, que moldam suas percepções e interpretações do mundo. A partir da perspectiva feminista, o lugar de fala implica que as vozes de quem pertence a grupos historicamente marginalizados devem ser priorizadas nas discussões que os afetam diretamente.

Essa perspectiva se baseia na compreensão de que, muitas vezes, as narrativas e vozes de grupos dominantes tendem a ser privilegiadas, o que pode silenciar ou distorcer as expressões de quem está à margem. Portanto, ao problematizar o lugar de fala, destaca-se a importância de fomentar um diálogo inclusivo que respeite e dê espaço para as vozes que têm sido historicamente silenciadas. O lugar de fala, assim, não é apenas uma questão de quem pode ou deve falar, mas de quem deve ser ouvido e como suas vivências experienciais devem ser integradas nas discussões.

A formação profissional e humana na universidade é para muitas mulheres, quase sempre, um desafio bastante grande, cujas dificuldades são sentidas e vivenciadas ao longo da escolarização, especialmente quando chegam ao ensino superior. As vivências experienciais

comuns, resultantes do lugar social que as mulheres ocupam, impedem seu acesso a certos espaços, e acarreta uma ausência de produções e epistemologias delas nesses lugares. Não poder estar de forma justa nas universidades, por exemplo, considerando-se, além do acesso, a permanência e o êxito, impossibilita que as suas vozes sejam ouvidas e catalogadas. “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos num lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (Ribeiro, 2017, p. 36-37).

É sobre essa questão que vamos, à luz do pensamento feminista, principalmente brasileiro, tratar neste texto: qual(ais) causa(s) de desistências, cancelamento ou trancamento (mesmo que por pouco tempo) das acadêmicas mulheres do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFFar – *Campus* Santo Augusto. No ano de 2019 o curso contou com o ingresso da quarta turma, integralizando-o, ou seja, neste ano a primeira turma concluiu os quatro anos do processo formativo. Buscamos no Setor de Registros Acadêmicos e o quantitativo de matrículas em cada turma, bem como o número de estudantes que o trancaram/evadiram, cujos percentuais serão descritos logo mais. Conforme consta no PPC do curso, a oferta é presencial, no turno noturno, com 30 vagas anuais.

Este artigo é fruto de uma investigação desenvolvida por meio de um estudo de caso feito no interstício da gestão institucional do Programa de Permanência e Êxito com pesquisa documental, cujas reflexões foram suscitadas por referenciais bibliográficos sobre o pensamento feminista descolonial e interseccional. No primeiro tópico situamos o estudo e descrevemos o contexto do IFFar. Em seguida, abordaremos os resultados da questão da pesquisa, ou seja, a(s) causa(s) de desistência, cancelamento ou trancamento da matrícula por acadêmicas mulheres, ressaltando a influência do colonialismo, do patriarcalismo e do capitalismo. Por fim, ressaltamos a importância da formação humana e do bem viver na universidade, considerando que o ensino superior é, para muitas mulheres, um sonho (quase) possível. Quanto aos resultados obtidos, vale dizer que a compreensão do pensamento feminista e a luta incessante são de fundamental importância para o acolhimento das acadêmicas mulheres, para que elas possam permanecer no curso e concluí-lo com êxito.

2 Situando o cenário da pesquisa: IFFar, *Campus* Santo Augusto

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) foi criado a partir da Lei 11.892/2008 e é constituído por onze *campi*⁵ que ofertam cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). O IFFar atua também em mais de 30 cidades do Estado com a modalidade de ensino a distância.

A sede do IFFar, a Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional e facilitar a comunicação e a integração entre os *campi*. Enquanto autarquia, o IFFar possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e

⁵ *Campus* São Vicente do Sul, *Campus* Júlio de Castilhos, *Campus* Alegrete, *Campus* Santo Augusto, *Campus* Panambi, *Campus* Santa Rosa, *Campus* São Borja, *Campus* Jaguarí, *Campus* Santo Ângelo, *Campus* Frederico Westphalen e o *Campus* Uruguaiana.

tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Com isso, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Os Institutos Federais devem ofertar 50% de matrículas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (PROEJA); 20% para as Licenciaturas e 30% para os Técnicos Subsequentes, Tecnológicos, Bacharelados e Pós-graduação. Quanto aos cursos superiores, o Art. 7º da referida Lei, no que tange às suas finalidades e características, apresenta, no inciso VI, alínea b, uma projeção do que poderá ser ministrado em nível de ensino superior, especialmente no que tange à formação de professores: “b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de **ciências** e matemática, e para a educação profissional” (grifo nosso). (Brasil, 2008, p. 5).

O destaque aos 20% das matrículas para cursos de licenciatura demonstra a preocupação das políticas públicas com a desvalorização da profissão docente e a necessidade de qualificação dos professores para a Educação Básica. No cenário nacional, poucos jovens se visualizam docentes, e investir esforços e recursos num Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas é uma forma de acreditar na formação e no trabalho docente como uma profissão que pode e deve ser valorizada em todos os sentidos, bem como acreditar na educação enquanto prática social em espaços educativos diversos, dentre eles a escola. Vale ressaltar que o lugar de fala, em especial das acadêmicas, é também um direito à humanidade (Ribeiro, 2017, p. 38).

O curso pesquisado é ofertado em um dos *campi* do IFFar, localizado na Região Cealeiro do noroeste colonial do Rio Grande do Sul. Atualmente são oferecidos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nas áreas de Administração, Agropecuária, Alimentos e Informática no período diurno, cursos superiores de tecnologia em Agronegócio e Alimentos, Licenciaturas em Computação e em **Ciências Biológicas**, Bacharelados em Agronomia e Administração, e Técnico em Agroindústria na modalidade PROEJA, todos no período noturno, além de cursos em diferentes níveis na modalidade EaD.

O Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFFar *Campus* Santo Augusto tem como objetivo geral formar professores-pesquisadores criativos, críticos e reflexivos por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com competências e habilidades para atuar nos componentes de Ciências Naturais, no Ensino Fundamental, e Biologia, no Ensino Médio. Esses professores-pesquisadores devem ser comprometidos com a qualidade de ensino na Educação Básica e empenhados na preservação e melhoria da qualidade de vida do Planeta (Brasil, 2015, p. 12).

Por se tratar de um curso de formação de professores para atuar na educação básica, observamos com a pesquisa que o número de matrículas femininas é maior que as masculinas, o que podemos atribuir à própria natureza do magistério, que historicamente tem sido muito mais uma profissão das mulheres do que dos homens. Diante desse dado, portanto, é preciso pensar o lugar de fala para além da representatividade, ou seja: é preciso pensar que lugar de fala é, sobretudo, uma postura ética (Ribeiro, 2017, p. 47).

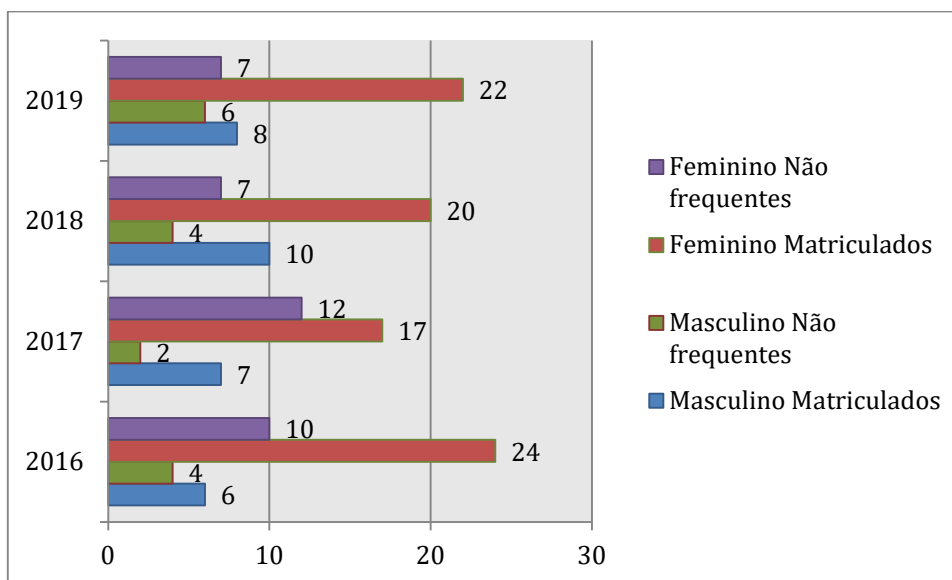


3 Causa(s) da não frequência das acadêmicas mulheres: colonialismo, patriarcalismo e capitalismo

A tríade exposta neste tópico é utilizada por Cunha (2019) a partir da metáfora “monstro das três cabeças⁶”, cuja decapitação se faz necessária para que possamos avançar na luta pelas mulheres da classe popular e trabalhadora. Além dela, Santos (2018, p. 327) afirma que é preciso um velho momento findar para que um novo momento possa nascer e progredir. Para ele, o velho momento é composto por quatro monstros: a droneificação do poder, as institucionalidades paralelas, a violência sacrificial e a crise permanente. É preciso resistir. É preciso, pois, “uma intervenção epistemológica”.

O Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas contou, em 2019/1, com o ingresso da quarta turma, integralizando-o. Conforme consta no PPC do curso, sua oferta é presencial, no turno noturno, com a oferta de 30 vagas anuais. Buscamos no Setor de Registros Acadêmicos o quantitativo de matrículas masculinas e femininas em cada turma, bem como o número de estudantes que desistiram, cancelaram ou trancaram o curso, conforme descrito no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Turmas 2016-2019, Matriculados e Não Frequentes:



Fonte: Autores (2025)

Ao analisarmos o total de matrículas – 30 em cada turma, exceto no ano de 2017, que contou com 24 –, se compararmos os dados entre si (Masculino e Feminino), percebemos que o percentual de estudantes não frequentes é maior entre as matrículas masculinas, sendo menor apenas no ano de 2017, cuja média das quatro turmas é de 44,8% para as acadêmicas mulheres e de 52,6% para os acadêmicos homens, conforme disposto no Gráfico 2.

⁶ Metáfora de Raquel Lima, utilizada por Cunha (2017), para fazer referência a tríade: capitalismo-colonialismo-patriarcado.

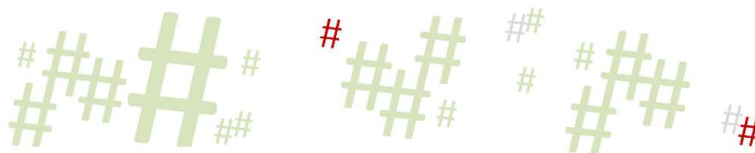
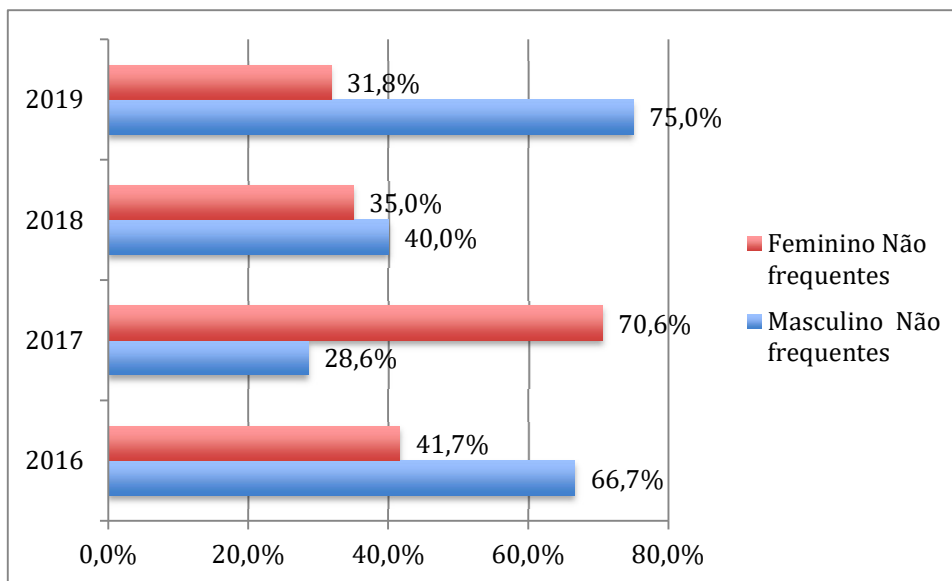


Gráfico 2: Quantitativo de estudantes Masculino e Feminino não frequentes



Fonte: Autores

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre as principais causas de desistências, cancelamento ou trancamento das acadêmicas mulheres que não estão frequentando o curso. Não iremos, neste momento, conhecer as causas da não frequência dos acadêmicos homens. Ao que parece, nesse caso o percentual ficou maior entre eles por se tratar de um curso de formação de professores, pois as relações entre os gêneros na academia, ainda hoje, configuram-se em grandes diferenças:

Os homens constroem uma certa irmandade, constroem alianças e se potencializam. Não é algo orquestrado, tramado, articulado. Mas a academia é um universo muito masculino, com códigos muito específicos. Perpassa tudo, até um pós-doutorado o colega consegue finalizar mais facilmente porque as obrigações com a maternidade, por exemplo, são da esposa, da sogra, da babá. Tem sempre uma mulher cuidando, o que facilita o trabalho masculino. Para eles, a culpa é não fazer; para nós a culpa surge quando fazemos. (Vieira, 2018, p. 214).

Via contato telefônico, conversamos com as acadêmicas mulheres que não estão frequentando o curso e refizemos a pergunta já realizada pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA): qual(ais) causa(s) de desistências, cancelamento ou trancamento (mesmo que por pouco tempo), ou seja: por que não estavam frequentando o curso? Deixamos livre para que cada uma pudesse expor a(s) causa(s) que levaram à cessação da frequência no curso. Nesse sentido, seus nomes serão preservados, pois contamos com o termo de uso de voz e imagem, assinado junto à matrícula do curso.

De um total de 71 acadêmicas mulheres matriculadas nas quatro turmas, 36 não estão frequentando, ou seja: 44,8%. Conseguimos conversar com 11 delas, cujas respostas podem ser qualificadas a partir de quatro categorias: 1) Troca de curso; 2) Dificuldade de conciliar o trabalho, a maternidade e o curso; 3) Dificuldade em acompanhar a complexidade/exigência do curso; 4) Dificuldades de acesso/transporte.

Pelas categorias constatadas fica evidente que “o campo de forças opressoras contemporâneo articula três formas estruturais de exploração e exclusão: o capitalismo, o



colonialismo e o patriarcado,” sugeridos no enunciado deste tópico. Ademais, “neste sentido, [...] o tema da ‘crise’ é, sobretudo, mais uma oportunidade criada para consolidar a velha ordem capitalista, colonial e patriarcal que subjuga as pessoas e todas as criaturas à dominação, exploração e acumulação” (Cunha, 2017, p. 104). Fica também evidente, nas falas das acadêmicas, que existe sim a vontade de voltar, de extrapolar as barreiras, de romper com as estruturas preestabelecidas. Algumas delas afirmaram que, assim que “os problemas se resolverem” ou que “as coisas se ajeitarem”, elas irão voltar.

Diante disso, e por se tratar de um grupo muitas vezes oprimido, é necessário nosso olhar atento e o prospecto de “uma política de resistência, rumo à libertação”, que possa se tornar “o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder” (Lugones, 2014, p. 940). A lógica é sempre a mesma: às mulheres cabe o destino do desdobramento descomunal dos esforços e da energia para dar conta das sobrecargas, das sobretarefas, dos terceiros e quartos turnos de trabalho diários.

A primeira categoria, troca de curso, nos remete a certa liberdade de escolha, de poder escolher o próprio curso. No entanto, nem sempre é isso que ocorre. Das cinco acadêmicas que informaram ter trocado de curso, duas foram por desejo. Quanto às outras três, cada uma o trocou por um motivo diferente: 1) Ciências Biológicas é presencial e, como não era mais possível conciliar o trabalho e a faculdade, a acadêmica resolveu cursar Pedagogia a distância; 2) Passou para o curso de Administração, pois é área relacionada a seu trabalho atual, e assim haveria maior incentivo dos patrões, embora tenha gostado muito da Licenciatura em Ciências Biológicas; 3) Mudou-se de município, o que acarretou, obrigatoriamente, a troca de curso, para que a acadêmica pudesse, pelo menos, continuar estudando.

A reflexão sobre as mulheres na academia se constitui como uma alavanca para desnaturalizar o ambiente universitário e a complexidade de suas articulações. [...] pensar a presença de mulheres na academia pode ampliar a compreensão também sobre as marcas sociais e seus impactos sobre o universo acadêmico. (Hollanda, 2018, p. 220).

Graças às palavras de Hollanda (2018), é possível refletir sobre as escolhas, ou muitas vezes pseudoescolhas das mulheres, especialmente no que tange à maternidade. A reflexão sobre a presença das mulheres na academia é fundamental para entender e desnaturalizar preconceitos, dinâmicas de poder e estruturas que historicamente moldaram o ambiente universitário. A academia, frequentemente considerada um espaço neutro, muitas vezes reproduz desigualdades e exclusões de gênero, refletindo as marcas sociais que permeiam a sociedade como um todo.

Ao analisar a trajetória das mulheres na academia, podemos observar não apenas as barreiras que essas enfrentam, como a discriminação, a falta de incentivos e o assédio, mas também as contribuições significativas que trazem para a pesquisa, o ensino e a formulação de políticas acadêmicas. Essa perspectiva é essencial para compreender como as mulheres influenciam a produção de conhecimento, ampliando as discussões e trazendo novas narrativas que consideram a diversidade de experiências e identidades

Além disso, a presença de mulheres na academia pode funcionar como um catalisador para promover mudanças institucionais e culturais, que incentivem práticas mais inclusivas e igualitárias. Essa reflexão não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também provoca transformações sociais mais amplas, que desafiam estereótipos e promovem um ambiente mais

acolhedor e representativo. Assim, pensar sobre a presença feminina na academia é uma oportunidade valiosa para repensar as estruturas de poder e as relações de gênero dentro e fora do espaço universitário

Quanto à segunda categoria, a dificuldade de conciliar o trabalho, a maternidade e o curso, podemos afirmar que, de fato, é isso que ocorre com muitas mulheres. Três acadêmicas relataram ter deixado o curso por essa razão. Uma delas, inclusive, disse ter precisado ficar em casa para auxiliar a filha no cuidado do bebê que nascera, ou seja: para cuidar do neto. Acerca deste caso:

Pode-se ainda aprofundar a discussão sobre a maternidade, no sentido de se pensar a parentalidade, como ela é exercida, o status dessa parentalidade no ambiente universitário – marcadamente intelectual, racional e muitas vezes sem a porosidade necessária para um avanço na diversificação de seus modelos na produção do conhecimento. (Hollanda, 2018, p. 219-220)

Essa categoria é, sem dúvida, uma das principais causas da não frequência por acadêmicas mulheres, o que contribui para a lacuna entre as condições de igualdade de gênero. Por esse viés, podemos ressaltar que “a perspectiva de gênero é um lugar de estranhamento, de necessidade de se ‘estranhar o familiar’, no sentido de desnaturalizar o comumente sabido, [...] trazendo um ‘porquê?’ a tarefas, lugares, pressupostos, discursos” (Hollanda, 2018, p. 220). Precisamos, no mínimo, nos incomodar com isso, nos inquietar diante das lacunas, que, por já estarem naturalizadas na sociedade, acabam internalizadas por sujeitos – homens e mulheres – como uma verdade absoluta, uma cultura imutável.

Certamente a discussão sobre maternidade e parentalidade no ambiente universitário é rica e multifacetada. A maternidade, em especial, traz à tona questões importantes sobre como as vivências experienciais das mães se interligam com o contexto acadêmico, dominado por uma cultura de produtividade e racionalidade, e as necessidades e desafios enfrentados pelos pais, e especificamente pelas mães, podem ser marginalizados. Isso pode se manifestar de várias formas, como a falta de políticas que apoiem a licença parental/maternidade, de horários flexíveis, de espaços adequados para a amamentação e de uma rede de suporte que considere as interrupções que a maternidade pode trazer na trajetória acadêmica.

Na terceira categoria, dificuldade em acompanhar a complexidade/exigência do curso, uma acadêmica mencionou que estava se sentindo “deslocada”, considerando a diferença de sua idade em relação aos demais estudantes da turma. Disse também ter dificuldades com o manuseio das tecnologias digitais, e o quanto isso foi decisivo para deixar o curso. Ela tem quarenta anos, apenas, mas por ser imigrante digital⁷, e por não ter tido acesso ao computador ao longo da vida, afirmou que suas dificuldades e seus medos são maiores que o desafio de aprender a aprender. Nesse sentido, questionamos o pragmatismo científico no ensino superior, no sentido de pensar a rigorosidade metódica pelo viés do humano, de olhar para todos e todas e acolher a cada um e uma na sua singularidade.

É compreensível que essa acadêmica esteja passando por dificuldades em um ambiente de ensino e de aprendizagem que frequentemente exige familiaridade com tecnologias digitais, especialmente se ela sente que há uma diferença significativa de idade em relação aos outros estudantes. Essa sensação de estar “deslocada” pode ser bastante desafiadora, pois pode afetar

⁷ Os Imigrantes Digitais – em oposição aos Nativos Digitais – são pessoas que não nasceram digitais e que não vivem uma vida digital de maneira substancial, mas estão encontrando seu caminho no mundo digital (Palfrey; Gasser, 2011).

a autoestima e a motivação. A idade, por si só, não determina a capacidade de aprender ou de interagir. É possível que ela tenha habilidades valiosas que podem ser compreendidas e que os mais jovens ainda não descobriram. Em termos de tecnologias digitais, torna-se imprescindível que os cursos ofereçam recursos de apoio, como tutoriais, workshops e outros materiais didáticos que podem ajudar na familiarização com as ferramentas digitais; ou até mesmo um componente curricular afim – mas não é esse o caso do curso em questão.

Em relação às acadêmicas mulheres e suas (não)relações com o contexto acadêmico, é importante dizer que em 2019 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma pesquisa sobre as mulheres brasileiras na educação e no trabalho, a qual revela que elas têm conquistado cada vez mais espaço na educação – fator esse que tende a aumentar a escolaridade delas em relação aos homens. No entanto, há considerável desigualdade na educação entre mulheres, considerando-se especialmente a etnia e a classe social, fatores preponderantes na desvantagem educacional. Logo, é preciso considerar que o Ensino Superior é espaço e tempo de direito de todas. “É o lugar de resistência que ainda sobrou no avanço absoluto do capitalismo. Acho que as mulheres na academia hoje têm essa imensa função de trazer as mulheres ainda mais para o espaço público. (Rodrigues, *apud* Holanda, 2018, p. 206-207).

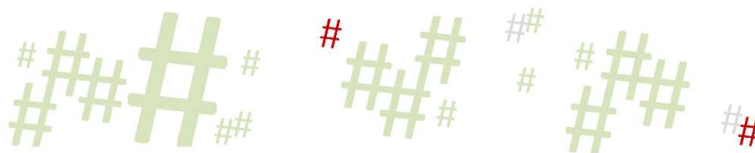
Diante do exposto, a luta poderá se iniciar com a ampliação dos lugares de fala e de aprendizagens que possam combater os conhecimentos eurocentrados e academicistas. Os coletivos femininos têm sido “estratégias de ação” e “uma espécie de resposta às pressões sofridas no ambiente universitário” (Holanda, 2018, p. 215). Desse modo, e pelo teor das falas das acadêmicas aqui trazidas, torna-se importante e necessária a construção de um espaço-tempo de diálogo, de falas e, sobretudo, de escutas. As vozes das acadêmicas das mulheres, mesmo das que, com alguma dificuldade, permanecessem no curso até a conclusão.

Sobre a quarta categoria, dificuldades por questões de acesso/transporte, é possível perceber uma grande frustração, pois alguns municípios limítrofes do campus sede do curso não disponibilizam auxílio de transporte escolar para o ensino superior, o que acarreta a desistência de um coletivo de estudantes. Os que permanecem não dão conta, sozinhos, do pagamento: nem mesmo uma lotação sairia todos os dias transportando menos que a metade de passageiros da sua capacidade total, por exemplo.

4 Formação humana e do bem viver na universidade: um sonho (quase) possível

O pensamento feminista tem sido cada vez mais usual no meio acadêmico, seja para pensar a seguridade dos direitos das mulheres, seja para buscar novas perspectivas epistemológicas acerca das diversas temáticas que as circundam. Os aspectos teórico-metodológicos do pensamento feminista, especialmente brasileiro, têm possibilitado referências para investigações como a exposta neste artigo. Buscar saber a(s) causa(s) da não frequência das acadêmicas mulheres no curso superior em questão, é, pois, uma forma de lutar coletivamente e resistir aos sistemas colonialista, patriarcal e capitalista.

Muitas vezes o sonho da formação humana e profissional no ensino superior se torna “quase” possível para as acadêmicas mulheres, devido às peculiaridades existenciais e culturais atribuídas a elas. A emancipação feminina ao longo da história é relativamente recente, e não conta com uma “reengenharia do tempo”, pois “ainda hoje as instituições públicas estão pensadas contando com a disponibilidade a tempo integral de uma mulher que educa os filhos, ocupa-se do resto da família e cuida da burocracia doméstica” (Oliveira, 2003, p. 12). No



libertação só ocorre quando o sujeito está livre da subjugação. (Almeida; Dias, 2009, p. 25).

Nos anos 1970, em um momento de crise da democracia, tem início a segunda onda feminista, caracterizada pela luta em nome da valorização do trabalho da mulher e do direito ao prazer e pela rejeição da violência sexual e da ditadura militar. A terceira onda, que teve início na década de 1990, discute os paradigmas estabelecidos nas duas primeiras ondas. Nos Estados Unidos, por exemplo, desde a década de 1970 já se denunciava a invisibilidade das mulheres negras dentro da pauta de reivindicação do movimento. No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força no fim dessa década e no começo dos anos 1980, lutando para que as mulheres negras fossem sujeitos políticos. Diante disso, podemos afirmar que:

A discriminação racial, por exemplo, é sim um problema dos negros, das populações afrodescendentes, porque eles que sofrem mais; mas não deve ser um problema exclusivamente dos negros, porque senão questões como o racismo não entram na agenda nacional. A mesma questão vale para as mulheres; se o tema das mulheres for exclusivamente um tema do espaço feminino, também não vai ganhar uma projeção de cunho amplo, nacional; os homens também precisam falar disso. (Schwarcz, 2018, p. 206).

Todas e todos nós precisamos falar disso! Evidenciar a formação humana e o bem viver na universidade é fundamental para que o sonho (quase) possível das tantas acadêmicas mulheres que, ao longo do curso, vão deixando de frequentá-lo se torne, de fato, uma realidade. Cada uma com sua causa e todas pelas causas comuns, nos diversos papéis que assumem ao longo da existência, e naqueles atribuídos culturalmente pela sociedade ao longo da história. Diante disso, vale ressaltar que:

O mundo público foi invadido pelas mulheres, mas a vida privada continuou estruturada, em termos de emprego de tempo e assunção de responsabilidades, como se as mulheres ainda vivessem como suas avós, como se nada tivesse acontecido. Definiu-se como igualitário um mundo em que as mulheres teriam “apenas” que continuar a fazer o que sempre fizeram, adicionando às suas vidas afazeres até então reservados aos homens. (Oliveira, 2003, p. 3).

A diversidade de afazeres assumida pelas mulheres contemporâneas retrata, em grande parte, a continuidade das desigualdades de gênero, na qual a dupla jornada e o excesso de turnos de trabalho não são remunerados, mas são, ainda assim, os tempos ocupados por elas, com “atos que dão trabalho” (Oliveira, 2003, p. 4). Reafirmamos uma vez mais que o pensamento feminista interseccional precisa transpassar a formação humana e o bem viver na universidade, precisa olhar para as acadêmicas mulheres e auxiliá-las na efetiva construção desse sonho, emergir do quase e torná-lo possível. Por fim, destaca-se que o lugar de fala transpassa e extrapola a simples troca de ideias. Lugar de fala é saber; é ter consciência de onde se fala; “é romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia” (Ribeiro, 2017, p. 50). Lugar de fala é poder, é ter poder. Empoderamento!

5 Considerações

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou um olhar atento e de estima às histórias das acadêmicas mulheres com as quais dialogamos, considerando seus lugares de fala. Refletimos sobre suas causas à luz do pensamento feminista descolonial na perspectiva da formação humana e do bem viver na universidade, sobretudo por meio das contribuições de mulheres feministas brasileiras. O estudo do feminismo interseccional e seus desdobramentos no espaço-tempo acadêmico nos fortaleceram enquanto sujeitos, especialmente quando nossas investigações se pautam em coletivos de resistência ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo, o monstro de três cabeças que nos assombra contemporaneamente.

Os números aqui trazidos são enfáticos. Do total de estudantes matriculados entre os anos de 2016 e 2019, ou seja, das quatro turmas ingressas, o número de matrículas de acadêmicas mulheres é maior. No entanto, se compararmos os dados entre si (masculino e feminino), percebemos que o percentual de estudantes não frequentes é maior entre as matrículas masculinas. Porém, conforme o objetivo proposto para o desenvolvimento qualitativo desta pesquisa, nos atemos na busca pelas causas da não frequência das acadêmicas mulheres e categorizamos quatro: troca de curso; dificuldade de conciliar o trabalho, a maternidade e o curso; dificuldade em acompanhar a complexidade/exigência do Curso; e dificuldades de acesso/transporte. Analisamos cada uma, considerando o lugar de fala, e percebemos suas especificidades, as quais demonstram o quanto as mulheres ainda carregam o peso dos diferentes papéis que lhe foram atribuídos, social e culturalmente, ao longo da história.

Compreendemos que as acadêmicas mulheres têm uma trajetória histórica de luta, que precisa ser considerada e valorizada pela instituição e pelos professores formadores. Compreendemos o pensamento feminista e por meio dele obtivemos a certeza de que a luta precisa ser incessante desde o acolhimento das acadêmicas mulheres, pois é fundamental para que elas possam permanecer no curso e concluí-lo com êxito. As reflexões propostas e tecidas servirão de base para ações futuras da Coordenação do Curso e do Colegiado. Vale ressaltar que ter ouvido as vozes das acadêmicas mulheres nos permitiu saber o quanto precisamos considerar seus lugares de fala e sentir o quanto podemos ajudá-las, ainda que seja com a nossa escuta atenta, responsável e de grande estima.

Referências

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de.; DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas. Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, Tunja, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, v. 13, 2009. pp. 11-27. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-72382009000100002. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 07 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (PPC)**. Instituto Federal Farroupilha, *Campus* de Santo Augusto, 2015.

Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-santo-augusto>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Teresa. Todo o trabalho é produtivo: economias de abundância e da sobriedade. *In*: XOÁN, Hermida (org.). **[Re]Pensar a Democracia**. Compostela: Obencomún, 2017. 101-134. Disponível em: https://www.academia.edu/35287747/Todo_o_trabalho_e_produtivo.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IBGE. **Mulheres brasileiras na educação e no trabalho**. 2025. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>. Acesso em: 13 set. 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/13.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A reengenharia do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

PALFREY, John. GASSER, Urs. **Nascidos na Era Digital: Entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia. 2015. Disponível em: <http://www.ppg.unifesp.br/filosofia/dissertacoes-defendidas-versao-final/dissertacao-djamila-tais-ribeiro-dos-santos/view>. Acesso em: 13 jun. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia essencial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. v. 2. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181203044534/Antologia_Boaventura_PT2.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Recebido em março de 2025
Aprovado em junho de 2025.